

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
CONSOLIDADAS 20



ÍNDICE DE FIGURAS.....	3
ÍNDICE DE QUADROS.....	3
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	3
1. ENQUADRAMENTO LEGAL	4
2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	5
2.1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRO	5
2.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO GRUPO.....	6
2.2.1. MUNICÍPIO DE CANTANHEDE	6
2.2.2. ASSOCIAÇÃO BEIRA ATLÂNTICO PARQUE.....	7
2.2.3. BIOCANT - ASSOCIAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	7
2.2.4. INOVA-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DE CANTANHEDE, EM-S.A.	7
2.3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	7
2.4. ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	8
2.4.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - RECEBIMENTOS	8
2.4.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - PAGAMENTOS	9
2.4.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – DIREITOS.....	10
2.4.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – OBRIGAÇÕES	10
2.5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA CONSOLIDADA	11
2.5.1 BALANÇO CONSOLIDADO	11
2.5.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA	12
2.5.3 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	12
2.5.4 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	13
2.6 INDICADORES DE GESTÃO	13
DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	15
DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	16
DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL POR NATUREZA CONSOLIDADA.....	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	20
BALANÇO CONSOLIDADO	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA	23
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	25
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	27
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	29
NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO.	30
NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	31
NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS	31
NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	32
NOTA 6 - LOCAÇÕES	32
NOTA 7 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	33
NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	34
NOTA 9 - IMPARIDADE DE ATIVOS.....	34
NOTA 10 - INVENTÁRIOS.....	34
NOTA 15 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES.....	35
NOTA 17 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	35
NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS	36
NOTA 19 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	38
NOTA 20 - DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS	39
NOTA 22 - INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES.....	39
NOTA 23 - OUTRAS DIVULGAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES, OU EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS, PARA MELHOR COMPREENSÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DO PERÍODO	40
ANEXOS.....	45
ANEXO I – POLITICAS CONTABILISTICAS.....	46
RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	49
RESPONSÁVEIS PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	51
TERMO DE ENCERRAMENTO	53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Perímetro de Consolidação	5
--	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético	11
Quadro 2 - Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza	12
Quadro 3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	12
Quadro 4– Demonstração consolidada das alterações no Património Líquido	13
Quadro 5 - Indicadores Económico-Financeiros	13

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAP - Associação Beira Atlântico Parque.

BIOCANT - BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia.

CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

INOVA - INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede EM-S.A..

MC - Município de Cantanhede.

MCI - Método de Consolidação Integral.

MEP - Método da Equivalência Patrimonial.

MSA - Método da Simples Agregação.

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

SATAPOCAL - Subgrupo de Apoio na Aplicação do POCAL.

SNC - Sistema de Normalização Contabilística.

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

WRC - WRC – Web para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A..

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Cada vez mais a qualidade da gestão autárquica é avaliada e os Municípios utilizam modelos de serviços diferentes dos que tradicionalmente lhes eram característicos. Num futuro próximo os desafios serão crescentes, provocados pela diversificação das atribuições e competências que lhes serão imputadas.

A necessidade de uma maior autonomia e agilidade em domínios em que isso é essencial, conduziu as Autarquias a, dentro do quadro legal vigente, deslocarem parte da sua atividade para outro tipo de organizações, de natureza associativa ou empresarial, agindo estas na lógica e no interesse do grupo municipal. Exemplo destes modelos organizativos são os serviços municipalizados, as empresas municipais, as associações de municípios e as empresas intermunicipais.

Resulta desta evolução, um aumento da interligação e dos níveis de dependência entre as várias entidades. Assim a apresentação individual das contas por cada uma das entidades começou a tornar-se manifestamente insuficiente, comprometendo a visão global da situação económica e financeira do grupo.

Desta realidade resulta o conceito de Grupo Autárquico. O Grupo é composto por entidades que podem apresentar diferentes formas organizacionais e em que os Municípios participam ou mesmo controlam, sempre no intuito de tornar mais eficaz a sua atuação no desempenho das suas competências e atribuições.

A consolidação de contas torna-se assim um instrumento essencial que permite a melhoria da informação contabilística prestada pela administração local, fornecendo numa base mais real e rigorosa para a tomada de decisões por parte dos órgãos autárquicos, seja ao nível da avaliação do risco financeiro, seja no âmbito do controlo e coordenação das atividades que compõem o grupo municipal, bem como na avaliação das políticas públicas locais.

A Consolidação de Contas visa assim a elaboração das demonstrações económicas e financeiras do Grupo, como se de uma única entidade se tratasse. Deste modo é possível dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do Grupo, permitindo também, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, convergindo no sentido das boas práticas de governação, na medida em que são um poderoso auxiliar da gestão autárquica ao sintetizar o desempenho económico e financeiro do Grupo Municipal.

Face a esta clarificação fica evidente a importância de serem apresentadas, para além das contas individuais a que as autarquias estão obrigadas, também as contas consolidadas do Grupo Municipal em que a autarquia se enquadra.

A obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou capital de entidades do sector empresarial local, foi determinada com a publicação da Lei n.º 2/2007, revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI).

Nos termos do número 1 do artigo 75.º do RFALEI, "*os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*" devendo ainda ser consolidadas, de acordo com o número 6 do mesmo artigo, as empresas locais, na proporção da participação ou detenção, os serviços intermunicipalizados, as entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais.

Com a entrada em vigor do SNC-AP¹ a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas é feita de acordo com o preconizado na NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas socorrendo-se, no entanto, de outras Normas, sempre que o juízo profissional o recomende.

¹ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação

2. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2.1. Perímetro de Consolidação Orçamental e Financeiro

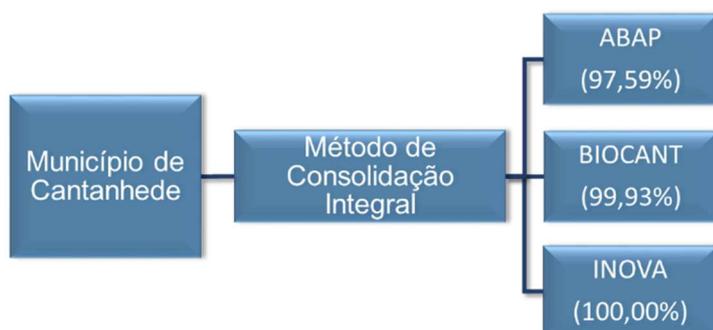
O perímetro de consolidação abrange as entidades cujas contas são objeto de consolidação e em relação às quais serão apresentadas demonstrações financeiras consolidadas. No caso do Município de Cantanhede.

Embora o SNC-AP não estabeleça explicitamente os pressupostos da presunção de controlo, para as Autarquias locais tal lacuna é preenchida pelo artigo 75.º do RFALEI, nos n.ºs 4 e 5.

Assim no número 1 do artigo 75.º do RFALEI é estabelecido que os municípios “*apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas*” sendo que segundo o número 3 do artigo 75.º, o grupo autárquico constitui-se pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, “*...considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades*”.

A identificação das entidades que compõem o perímetro da consolidação resulta da aplicação conjunta do estabelecido na alínea b) e na subalínea i) da alínea c) do número 4 do artigo 75.º do RFALEI. Para além destas, determina também o número 6 deste artigo que “*devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais*”.

Figura 1 – Perímetro de Consolidação



Neste contexto considera-se que o perímetro de consolidação é composto pelo Município de Cantanhede (MC), pela Associação Beira Atlântico Parque (ABAP)², pela BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia (BIOCANT)³ e pela INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A. (INOVA), nos termos da **Figura 1**.

O Mapa seguinte apresenta o conjunto de entidades participadas pelo Município, com as quais não se realiza a consolidação de contas uma vez que não existe controlo.

² Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

³ Entidade englobada no perímetro de consolidação nos termos da subalínea i) da alínea c), do número 4 do artigo 75.º do RFALEI.

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Participação Direta Capital %	Motivos da sua exclusão
ERSUC - Resíduos sólidos do Centro, S.A.	Rios Frios 3025 - 607 Vil de Matos	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	1,67	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque, ETA da Boavista, 3030-410 Coimbra	Tratamento de águas residuais	0,50	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro	Rua Dr. Rosa Falcão, N.º 133 3220 - 216 Miranda do Corvo	Outras atividades associativas, não especificadas	6,25	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção ITECONS	Pólo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano 3030 - 289 Coimbra	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	0,97	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Rua do Brasil, 131 3030 - 175 Coimbra	Administração Pública - atividades económicas	3,53	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Coimbra iParque, Lote n.º 15, 3040 - 540 Coimbra	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	4,81	Inexistência de Controlo / Sem influência significativa

2.2. Caracterização das Entidades do Grupo

2.2.1. Município de Cantanhede

Denominação:	Município de Cantanhede
NIPC:	506 087 000
Atividade (Objeto Social):	Autarquia Local, com exercício das competências legalmente atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
Património (euros):	49.700.191,99 euros
Sistema Contabilístico:	Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP)

2.2.2. Associação Beira Atlântico Parque

Denominação:	Associação Beira Atlântico Parque
NIPC:	504 843 354
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, a promoção, a inovação e a difusão tecnológica, a formação e a informação científica e técnica, a criação de infraestruturas de apoio tecnológico aos diversos setores de atividade económica, bem como as ações que contribuam para a modernização e desenvolvimento da área dos municípios abrangidos geograficamente.
Capital Social (euros):	2.444.360,81 euros
Participação do	97,59% no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

2.2.3. BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia

Denominação:	BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia
NIPC:	506 340 473
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de promoção do desenvolvimento económico com base no conhecimento, aliando a excelência da investigação e do desenvolvimento ao fomento do empreendedorismo e da produção industrial.
Capital Social (euros):	4.110.000,00 euros
Participação do	99,93%, no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

2.2.4. INOVA-Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.

Denominação:	INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-S.A.
NIPC:	506 091 481
Atividade (Objeto Social):	Exercício de atividades de gestão e exploração dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de resíduos urbanos do Município de Cantanhede, a gestão do sistema de limpeza urbana pública, a realização de eventos e feiras, a criação, a gestão e exploração de uma rede de transportes urbanos, a administração, manutenção e realização de investimentos nos espaços verdes, a gestão da Quinta Biológica e a gestão do Complexo Desportivo de Anã.
Capital Social (euros):	11.647.332,00 euros
Participação do	100,00%, no Capital Social da entidade
Sistema Contabilístico:	Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

2.3. Métodos e Procedimentos de Consolidação

Determina o número 8 do artigo 75.º do RFALEI que os “*procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das*

entidades associativas municipais são os definidos para as entidades do setor público administrativo”.

Para a apresentação do relatório em apreço o Município adotou o preceituado na NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 – Contabilidade e relato orçamental, especificamente o seu ponto 7 – Consolidação.

Na elaboração das contas consolidadas o Município de Cantanhede adotou o Método da Consolidação Integral. Trata-se de um método adotado em situações de controlo exclusivo e consiste na integração no Balanço e na Demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante. A consolidação integral é o método mais representativo da consolidação, pois permite dar uma imagem do património, da situação financeira e do resultado de um grupo como se estas formassem uma só entidade.

A operação de consolidação comporta, em princípio, as seguintes fases:

- homogeneização de critérios entre as entidades a consolidar;
- acumulação dos valores das diferentes rubricas das demonstrações financeiras e orçamentais;
- Eliminação dos reflexos de operações recíprocas;
- Repartição dos capitais próprios entre a parte detida pela entidade-mãe e pelas outras entidades (interesse minoritários);
- Evidência da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo e a correspondente fração que lhe corresponde dos capitais próprios (diferenças de consolidação);
- Eliminação do valor da participação financeira com a eliminação simultânea da situação líquida (no momento de aquisição) da entidade consolidada.

Importa referir que apesar da obrigatoriedade de apresentação do Manual de Consolidação, neste momento de relato não foi possível a sua elaboração de acordo com o novo referencial contabilístico.

2.4. Análise Orçamental Consolidada

Para efeitos de consolidação foi necessário proceder a um trabalho prévio de análise uma vez que as entidades grupo não fazem o acompanhamento sistemático da sua execução orçamental, nos moldes da autarquia.

No caso do Município, em que o orçamento é vinculativo e nenhuma despesa pode ser efetuada sem estar devidamente contemplada e dotada, a informação orçamental é diretamente extraída do Sistema Informático a todo o momento, o que não acontece com as restantes entidades do Grupo Autárquico, pelo que foi exigido um exercício prévio para a construção dos mapas apresentados.

Uma vez que no referencial contabilístico anterior não existia a obrigatoriedade de efetuar a análise orçamental consolidada, e que este é um trabalho de extrema complexidade, na prestação de contas do ano de 2020 não será apresentado o ano de 2019, ficando de algum modo comprometida a questão da comparabilidade.

Os mapas apresentados apenas permitem quantificar a execução, tanto da receita como da despesa do Grupo, não fornecendo elementos suficientes para a análise do respetivo desempenho.

2.4.1. Demonstração consolidada do desempenho orçamental - Recebimentos

O quadro seguinte retrata a execução da **receita consolidada**. A **receita** de 2020 incorporou o montante de 4.563.840,68 euros, referente ao **saldo da gerência anterior**. A **receita corrente** e a **receita de capital**, executada em 2020, foram de 27.073.678,08 euros e 5.214.452,30 euros, respetivamente. Dentro da receita corrente assume particular importância a verba obtida das **transferências e subsídios correntes** com um montante de 10.230.148,67 euros, a **receita fiscal** com 8.000.848,08 euros e os **rendimentos de propriedade** com 1.168.430,03 euros. O Grupo

apresenta uma **receita efetiva** de 32.294.083,89 euros composta pelo somatório das **receitas correntes, receitas de capital e reposições não abatidas aos pagamentos**.

RUBRICA RECEBIMENTOS	2020
Saldo da gerência anterior	4 563 840,68
Operações Orçamentais [1]	4 044 334,44
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00
Operações de tesouraria [A]	519 506,24
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00
Receita corrente	27 073 678,08
Receita Fiscal	8 000 848,08
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	366 955,09
Rendimentos de propriedade	1 168 430,03
Transferências e subsídios correntes	10 230 148,67
Outras receitas correntes	136 235,02
Receita de capital	5 214 452,30
Venda de bens de investimento	78 079,52
Transferências e subsídios de capital	3 797 786,40
Outras receitas de capital	1 338 586,38
Reposições não abatidas aos pagamentos	5 953,51
Receita efetiva [2]	32 294 083,89
Receita não efetiva [3]	212 039,83
Receita com ativos financeiros	0,00
Receita com passivos financeiros	212 039,83
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	36 550 458,16
Operações de tesouraria [B]	227 160,87

2.4.2. Demonstração consolidada do desempenho orçamental - Pagamentos

A análise do quadro seguinte apresenta a **execução orçamental consolidada de despesa**. os pagamentos da **despesa corrente** atingiram o valor de 19.182.732,86 euros e a despesa de capital o montante de 11.379.525,66 euros. O Grupo apresenta uma **despesa efetiva** de 30.562.258,52 euros composta pelo somatório da **despesa corrente** e da **despesa de capital**.

RUBRICA PAGAMENTOS	2020
Despesa corrente	19 182 732,86
Despesas com o pessoal	9 403 373,11
Segurança Social	1 864 297,06
Aquisição de bens e serviços	7 897 112,32
Juros e outros encargos	101 499,00
Transferências e subsídios correntes	1 387 837,36
Outras despesas correntes	392 911,07
Despesa de capital	11 379 525,66
Aquisição de bens de capital	9 796 448,14
Transferência e subsídios de capital	1 531 417,45
Subsídios de capital	0,00
Outras despesas de capital	51 660,07
Despesa efetiva [5]	30 562 258,52
Despesa não efetiva [6]	3 357 299,94
Despesa com ativos financeiros	42 112,75
Despesa com passivos financeiros	3 315 187,19
Soma [7]=[5]+[6]	33 919 558,46
Operações de tesouraria [C]	146 754,34
Saldo para a gerência seguinte	3 230 812,47
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	2 630 899,70
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	599 912,77
Saldo global [2] - [5]	1 731 825,37
Despesa primária	30 460 759,52
Saldo corrente	7 890 945,22
Saldo de capital	(6 165 073,36)
Saldo primário	1 833 324,37
Receita total [1] + [2] + [3]	36 550 458,16
Despesa total [5] + [6]	33 919 558,46

Resulta desta análise um **saldo corrente** de 7.890.945,22 euros, o que significa que as receitas correntes foram mais que suficientes para cobrir as despesas correntes e um **saldo de capital** negativo de 6.165.073,36 euros.

O **saldo consolidado para a gerência** seguinte é de 3.230.812,47 euros, inferior em 1.333.028,21 euros relativamente ao que transitou para 2020.

2.4.3. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza – Direitos

DIREITOS	2020	% Receita Total
Receitas correntes	26 934 560,73	85,34
Receita Fiscal	7 994 142,99	25,33
Taxas, multas e outras penalidades	357 631,41	1,13
Rendimentos de propriedade	1 163 427,76	3,69
Transferências e subsídios correntes	10 650 070,24	33,74
Venda de bens e serviços	6 457 489,97	20,46
Outras receitas correntes	311 798,36	0,99
Receita de capital	4 422 866,12	14,01
Venda de bens de investimento	69 547,00	0,22
Transferências e subsídios de capital	3 547 057,74	11,24
Outras receitas de capital	800 307,87	2,54
Reposições não abatidas aos pagamentos	5 953,51	0,02
Receita efetiva [2]	31 357 426,85	99,36
Receita não efetiva [3]	203 321,15	0,64
Receita com ativos financeiros	8 718,68	0,03
Receita com passivos financeiros	212 039,83	0,67
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	31 560 748,00	100,00

2.4.4. Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por natureza – Obrigações

OBRIGAÇÕES	2020	% Receita Total
Despesa corrente	18 298 722,22	55,71
Despesas com o pessoal	9 575 395,79	29,15
Aquisição de bens e serviços	7 410 353,80	22,56
Juros e outros encargos	105 480,96	0,32
Transferências correntes	1 207 491,67	3,68
Outras despesas correntes	0,00	0,00
Despesa de capital	12 016 461,43	36,58
Aquisição de bens de capital	1 132 384,05	3,45
Transferência e subsídios de capital	9 335 692,74	28,42
Outras despesas de capital	1 548 384,64	4,71
Despesa efetiva [5]	30 315 183,65	92,30
Despesa não efetiva [6]	2 530 269,70	7,70
Despesa com ativos financeiros	42 112,75	0,13
Despesa com passivos financeiros	2 488 156,95	7,58
Soma [7]=[5]+[6]	32 845 453,35	100,00

2.5. Análise Económico-Financeira Consolidada

2.5.1 Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado é um documento contabilístico que espelha a situação financeira e patrimonial do Grupo Autárquico num dado momento, refletindo os ativos, o património líquido e os passivos representando-os de forma qualitativa e quantitativa.

Para melhor compreensão e enquadramento dos dados, dever-se-á proceder à sua leitura cruzada com a informação constante nos Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O **Quadro 1** apresenta o balanço consolidado sintético reportado a 31 de dezembro dos anos de 2019 e 2020, salientando as respetivas variações.

Quadro 1 – Balanço Consolidado Sintético

Designação	2020	2019	Variação (2019/2020)	
			€	%
Ativo não corrente				
Investimentos	136 255 754,67	135 295 073,91	960 680,76	0,71
Contas a receber	0,00	4 229,97	(4 229,97)	-100,00
Ativo corrente				
Inventários	808 557,40	664 179,12	144 378,28	21,74
Contas a receber	8 737 914,66	9 383 757,46	(645 842,80)	-6,88
Caixa e depósitos	3 230 812,47	4 563 840,68	(1 333 028,21)	-29,21
Ativo	149 033 039,20	149 911 081,14	(878 041,94)	-0,59
Património, reservas e resultados transitados	128 093 809,53	124 144 099,13	3 949 710,40	3,18
Resultados	1 003 664,48	3 146 228,29	(2 142 563,81)	-68,10
Património Líquido	129 097 474,01	127 290 327,42	1 807 146,59	1,42
Passivo não corrente				
Contas a pagar	13 543 694,45	15 523 403,25	(1 979 708,80)	-12,75
Passivo corrente				
Contas a pagar	6 391 870,74	7 097 350,47	(705 479,73)	-9,94
Passivo	19 935 565,19	22 620 753,72	(2 685 188,53)	-11,87
Património Líquido e Passivo	149 033 039,20	149 911 081,14	(878 041,94)	-0,59

A análise do quadro anterior permite concluir que o **ativo** do grupo apresenta um decréscimo de 0,59% quando comparado com o ano de 2019 o que representa, em valor absoluto, uma diminuição no montante de 878.041,94 euros. Para este resultado concorreram as diminuições

das **contas a receber** e de **caixa e depósitos**, cujos montantes não foram compensados pelos acréscimos das rubricas **investimentos** e **inventários**.

O **património líquido** apresenta-se no balanço com um montante de 129.097.474,01 euros, o que representa um aumento de 1.807.146,59 euros, relativamente ao ano transato.

O **passivo** apresenta uma diminuição de 2.685.188,53 euros, quando comparado com o ano de 2019, redução essa devida à diminuição em 12,75% e 9,94% do montante das **contas a pagar** no **passivo não corrente** e **passivo corrente**, respetivamente.

2.5.2 Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza

A demonstração de resultados é um documento contabilístico, que complementa o balanço, e reflete o desempenho do grupo evidenciando os resultados apurados no período, espelhando os **rendimentos** e os **gastos**.

Quadro 2 - Demonstração Consolidada de Resultados por Natureza

Designação	2020	2019	Variação (2019/2020)	
			€	%
Impostos, contribuições e taxas	8 605 769,89	8 899 755,30	(293 985,41)	-3,30
Vendas	16 893,58	295 384,28	(278 490,70)	-94,28
Prestações de serviços e concessões	6 667 054,07	8 288 615,29	(1 621 561,22)	-19,56
Superávit / Défice tarifário	(179 067,44)	0,00	(179 067,44)	
Subsídios à exploração	1 144 722,09	1 270 612,67	(125 890,58)	-9,91
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	121 387,52	101 527,99	19 859,53	19,56
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 878 164,65	10 103 230,16	(1 225 065,51)	-12,13
Trabalhos para a própria entidade	645 009,08	699 133,75	(54 124,67)	-7,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(1 183 165,69)	(1 079 307,65)	(103 858,04)	9,62
Fornecimentos e serviços externos	(7 112 172,63)	(9 295 020,66)	2 182 848,03	-23,48
Gastos com pessoal	(9 240 196,11)	(9 214 169,69)	(26 026,42)	0,28
Transferências e subsídios concedidos	(2 719 051,68)	(1 217 537,99)	(1 501 513,69)	123,32
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	18 287,03	(4 416,52)	22 703,55	-514,06
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	(145 159,13)	(17 044,89)	(128 114,24)	751,63
Aumentos/Reduções de justo valor	(320,00)	(415,00)	95,00	-22,89
Outros rendimentos	4 052 900,69	4 305 988,74	(253 088,05)	-5,88
Outros gastos	(652 096,60)	(1 815 625,93)	1 163 529,33	-64,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	8 918 959,32	11 320 709,85	(2 401 750,53)	-21,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(8 040 311,74)	(7 874 510,38)	(165 801,36)	2,11
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(1 000,00)	(19 536,12)	18 536,12	-94,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	877 647,58	3 426 663,35	(2 549 015,77)	-74,39
Juros e rendimentos similares obtidos	13 270,77	31 003,62	(17 732,85)	-57,20
Juros e gastos similares suportados	(162 176,07)	(209 595,85)	47 419,78	-22,62
Resultado antes de impostos	728 742,28	3 248 071,12	(2 519 328,84)	-77,56
Imposto sobre rendimento do período	272 068,89	(104 488,21)	376 557,10	-360,38
Interesses minoritários	2 853,31	2 645,38	207,93	7,86
Resultado líquido do período	1 003 664,48	3 146 228,29	(2 142 563,81)	-68,10

O **Quadro 2** apresenta a Demonstração Consolidada de Resultados, por natureza, reportada a 31 de dezembro dos anos de 2019 e 2020, bem como as respetivas variações.

A sua análise permite verificar que o Grupo Autárquico gerou um **resultado líquido consolidado do período** positivo de 1.003.664,48 euros. Este valor apresenta um decréscimo de 68,10%, face ao ano anterior.

2.5.3 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Considerando os pagamentos e recebimentos assume particular relevância a análise do **Quadro 3**. Este quadro apresenta de forma sintética os fluxos de caixa consolidados ocorridos no exercício de 2020.

Os fluxos financeiros realizados pelo Grupo Autárquico, no decorrer do exercício económico de 2020, geraram um **saldo de gerência** para 2021 de 3.230.812,47 euros.

Quadro 3 – Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	2020	2019	Variação (2019/2020)	
			€	%
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos	25 556 057,61	26 642 263,99	(1 086 206,38)	-4,08
Pagamentos	(17 123 323,67)	(19 966 205,77)	2 842 882,10	-14,24
Caixa gerada pelas operações	8 432 733,94	6 676 058,22	1 756 675,72	26,31
Outros recebimentos	601 499,82	1 639 921,39	(1 038 421,57)	-63,32
Outros pagamentos	(5 291 696,65)	(2 057 220,48)	(3 234 476,17)	157,23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	3 742 537,11	6 258 759,13	(2 516 222,02)	-40,20
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Recebimentos	5 046 366,38	5 745 634,19	(699 267,81)	-12,17
Pagamentos	(7 980 667,05)	(8 293 808,22)	313 141,17	-3,78
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	(2 934 300,67)	(2 548 174,03)	(386 126,64)	15,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos	1 650 710,22	961 923,68	688 786,54	71,61
Pagamentos	(3 790 420,61)	(3 984 568,67)	194 148,06	-4,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)	(2 139 710,39)	(3 022 644,99)	882 934,60	-29,21
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	(1 331 473,95)	687 940,11	(2 019 414,06)	-293,55
Efeito das diferenças de câmbio	(1 554,26)	733,69	(2 287,95)	-311,84
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 563 840,68	3 875 166,88	688 673,80	17,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 230 812,47	4 563 840,68	(1 333 028,21)	-29,21

2.5.4 Demonstração consolidada de alterações do Património Líquido

Quadro 4– Demonstração consolidada das alterações no Património Líquido

Descrição		Capital / Património Subscrito	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	49 658 837,01	43 056 902,61	(615 667,26)	6 873 397,67	25 127 446,33	3 146 228,29	127 247 144,65	43 182,77	127 290 327,42
Alterações no período										
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	2 538 665,57	0,00	2 538 665,57	0,00	2 538 665,57
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		41 354,98	3 334 986,17	(1 554 388,97)	(586 724,77)	178 955,06	(3 146 228,29)	(1 732 045,82)	(284,33)	(1 732 330,15)
	(2)	41 354,98	3 334 986,17	(1 554 388,97)	(586 724,77)	2 717 620,63	(3 146 228,29)	806 619,75	(284,33)	806 335,42
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 003 664,48	1 003 664,48	(2 853,31)	1 000 811,17
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)						(2 142 563,81)	1 810 284,23	(3 137,64)	1 807 146,59
Operações com detentores de capital no período										
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	49 700 191,99	46 391 888,78	(2 170 056,23)	6 286 672,90	27 845 066,96	1 003 664,48	129 057 428,88	40 045,13	129 097 474,01

2.6 Indicadores de Gestão

Os indicadores de gestão devem ser analisados de forma integrada de modo a fornecer uma imagem apropriada e coerente do Grupo Autárquico.

A simples análise das suas demonstrações financeiras não é suficiente para a obtenção de uma visão crítica da sua situação em matéria de liquidez, rentabilidade e solvabilidade, entre outros aspetos.

Assim, a informação deverá ser complementada pela análise e correta interpretação de outros indicadores, normalmente rácios económico-financeiros, que deverão ser analisados e interpretados de forma crítica.

Estes rácios representam relações de quociente entre grandezas consideradas representativas, pelo que a sua consulta permite a retirada de conclusões importantes. Esta análise é de extrema importância em termos comparativos, pois permite analisar a evolução dos mesmos. O **Quadro 5** apresenta alguns desses rácios fundamentais.

Quadro 5 - Indicadores Económico-Financeiros

Rácios Económico-Financeiros	2020	2019
Liquidez Geral (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	2,00	2,06
Liquidez Reduzida ((Ativo Corrente - Existências) / Passivo Corrente)	1,87	1,97
Liquidez Imediata (Disponibilidades / Passivo Corrente)	0,51	0,64
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo)	6,48	5,63
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	0,87	0,85

O **Rácio de Liquidez Geral** informa sobre a capacidade de o Grupo Autárquico saldar os seus compromissos de curto prazo recorrendo a ativos, passíveis de serem convertidos em meios financeiros líquidos no período correspondente ao do vencimento das obrigações, ou seja, num curto prazo. Este indicador deverá preferencialmente assumir um valor superior à unidade dado que, quanto mais afastado estiver desta, maiores serão as probabilidades de o Grupo ter problemas de liquidez a curto prazo. Em 2020 o Grupo Autárquico apresenta um **Rácio de Liquidez Geral** de 2,00 muito ligeiramente inferior ao do ano anterior.

O **Rácio de Liquidez Reduzida** é, no essencial semelhante ao anterior. Diferencia-se deste pelo facto de ao numerador, serem retirados os inventários, uma vez que, que na verdade, estes não representam verdadeiramente meios monetários imediatamente disponíveis. Deste modo acrescenta-se algum rigor ao rácio anteriormente apresentado. O resultado deste rácio reflete a solvabilidade de curto prazo do Grupo Autárquico, sendo desejável que ultrapasse a unidade. Nesse caso significaria que o Grupo teria ativos líquidos suficientes para fazer face a todas as responsabilidades de curto prazo, mesmo sem contar com a liquidação dos inventários. Em 2020 o Grupo Autárquico apresenta um **Rácio de Liquidez Reduzida** de 1,87.

O **Rácio de Liquidez Imediata** difere do anterior pelo facto de considerar no numerador apenas as disponibilidades do Grupo Autárquico. Este indicador mede a capacidade de o Grupo fazer face às suas responsabilidades de curto prazo utilizando apenas disponibilidades financeiras imediatas. Trata-se por isso da forma de liquidez mais rigorosa. Quanto maior o valor assumido por este rácio, maior será a solvabilidade de curto prazo. No ano de 2020 este indicador atingiu para o Grupo Autárquico o valor de 0,51.

O **Rácio de Solvabilidade** é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos do Grupo financiados por capitais próprios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira da entidade e quanto mais baixo, maior a sua vulnerabilidade. Uma entidade está solvente, do ponto de vista económico, quando apresenta um capital próprio que garanta a liquidação do seu passivo e tenha expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura. Em o ano de 2020 este rácio foi de 6,48.

O **Rácio de Autonomia Financeira** é um rácio financeiro que mede a solvabilidade da entidade, determinando a proporção dos ativos que são financiados com fundos próprios. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do Grupo. Em 2020, o Grupo Autárquico financia 0,87 dos seus ativos recorrendo a património líquido.

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO
ORÇAMENTAL
CONSOLIDADA

Município de Cantanhede

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

RUBRICA RECEBIMENTOS		2020	RUBRICA PAGAMENTOS		2020
Saldo da gerência anterior		4 563 840,68			
Operações Orçamentais [1]		4 044 334,44			
Devolução do saldo oper. Orçamentais		0,00			
Operações de tesouraria [A]		519 506,24			
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades		0,00			
Receita corrente		27 073 678,08	Despesa corrente		19 182 732,86
R1	Receita Fiscal	8 000 848,08	D1	Despesas com o pessoal	9 403 373,11
R1.1	Impostos diretos	7 985 237,37	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 261 334,35
R1.2	Impostos indiretos	15 610,71	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	277 741,70
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D1.3	Segurança Social	1 864 297,06
R3	Taxas, multas e outras penalidades	366 955,09	D2	Aquisição de bens e serviços	7 897 112,32
R4	Rendimentos de propriedade	1 168 430,03	D3	Juros e outros encargos	101 499,00
R5	Transferências e subsídios correntes	10 230 148,67	D4	Transferências e subsídios correntes	1 387 837,36
R5.1	Transferências correntes	10 114 572,33	D4.1	Transferências correntes	1 387 837,36
R5.1.1	Administrações Públicas	10 101 726,28	D4.1.1	Administrações Públicas	561 116,48
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	10 101 632,33	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	150 688,01
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	93,95	D4.1.1.5	Administração Local	410 428,47
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	650 454,11
R5.1.3	Outras	12 846,05	D4.1.3	Famílias	124 773,15
R5.2	Subsídios correntes	115 576,34	D4.1.4	Outras	51 493,62
R6	Venda de bens e serviços	7 171 061,19	D4.2	Subsídios correntes	0,00
R7	Outras receitas correntes	136 235,02	D5	Outras despesas correntes	392 911,07
Receita de capital		5 214 452,30	Despesa de capital		11 379 525,66
R8	Venda de bens de investimento	78 079,52	D6	Aquisição de bens de capital	9 796 448,14
R9	Transferências e subsídios de capital	3 797 786,40	D7	Transferência e subsídios de capital	1 531 417,45
R9.1	Transferências de capital	3 797 786,40	D7.1	Transferências de capital	1 531 417,45
R9.1.1	Administrações Públicas	3 797 786,40	D7.1.1	Administrações Públicas	859 776,24
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 783 147,17	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	14 639,23	D7.1.1.5	Administração Local	859 776,24
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	650 656,41
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	20 984,80
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	1 338 586,38	D7.2	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	5 953,51	D8	Outras despesas de capital	51 660,07
Receita efetiva [2]		32 294 083,89	Despesa efetiva [5]		30 562 258,52
Receita não efetiva [3]		212 039,83	Despesa não efetiva [6]		3 357 299,94
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	42 112,75
R13	Receita com passivos financeiros	212 039,83	D10	Despesa com passivos financeiros	3 315 187,19
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		36 550 458,16	Soma [7]=[5]+[6]		33 919 558,46
Operações de tesouraria [B]		227 160,87	Operações de tesouraria [C]		146 754,34
			Saldo para a gerência seguinte		3 230 812,47
			Operações orçamentais [8] = [4]-[7]		2 630 899,70
			Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		599 912,77
			Saldo global [2] - [5]		1 731 825,37
			Despesa primária		30 460 759,52
			Saldo corrente		7 890 945,22
			Saldo de capital		(6 165 073,36)
			Saldo primário		1 833 324,37
			Receita total [1] + [2] + [3]		36 550 458,16
			Despesa total [5] + [6]		33 919 558,46

DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO
ORÇAMENTAL POR NATUREZA
CONSOLIDADA

Município de Cantanhede

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubricas	LIQUIDAÇÕES	2020	Rubricas	OBRIGAÇÕES	2020
	Receitas correntes	26 934 560,73		Despesa corrente	19 431 106,27
R011	Impostos diretos	7 985 237,37	D01	Despesas com o pessoal	9 575 395,79
R012	Impostos indiretos	8 905,62	D011	Remunerações Certas e Permanentes	7 517 901,80
R03	Taxas, multas e outras penalidades	357 631,41	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	215 428,09
R04	Rendimentos de propriedade	1 163 427,76	D013	Segurança social	1 842 065,90
R05	Transferências e subsídios correntes	10 650 070,24	D02	Aquisição de bens e serviços	7 410 353,80
R5.1	Transferências correntes	10 650 070,24	D03	Juros e outros encargos	105 480,96
R0511	Administração Central - Estado Português	10 610 519,48	D04	Transferências correntes	1 207 491,67
R0512	Exterior - U E	0,00	D04111	Administração Central - Estado Português	9 056,20
R0513	Outras	39 550,76	D04115	Administração Local	410 428,47
R06	Venda de bens e serviços	6 457 489,97	D0412	Entidades do setor não lucrativo	662 983,85
R07	Outras receitas correntes	311 798,36	D0413	Famílias	125 023,15
	Receita de capital	4 416 912,61	D0414	Outras	0,00
R08	Venda de bens de investimento	69 547,00	D042	Subsídios	0,00
R09	Transferências e subsídios de capital	3 547 057,74	D05	Outras despesas correntes	1 132 384,05
R0911	Administração Central - Estado Português	3 547 057,74		Despesa de capital	10 884 077,38
R0912	Administração Central - Outras entidades	0,00	D06	Aquisição de bens de capital	9 335 692,74
R093	Outras	0,00	D07	Transferência e subsídios de capital	1 548 384,64
R10	Outras receitas de capital	800 307,87	D07111	Administração Central - Estado Português	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	5 953,51	D07115	Administração Local	859 776,24
	Receita efetiva [2]	31 357 426,85	D0712	Entidades do setor não lucrativo	667 623,60
	Receita não efetiva [3]	203 321,15	D0713	Famílias	20 984,80
R12	Receita com ativos financeiros	8 718,68	D08	Outras despesas de capital	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	212 039,83		Despesa efetiva [5]	30 315 183,65
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	31 560 748,00		Despesa não efetiva [6]	2 530 269,70
			D9	Despesa com ativos financeiros	42 112,75
			D10	Despesa com passivos financeiros	2 488 156,95
				Soma [7]=[5]+[6]	32 845 453,35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS



BALANÇO
CONSOLIDADO

Município de Cantanhede			
Balço CONSOLIDADO em 31 de Dezembro de 2020			
RUBRICAS	Notas	SNC	Normativo anterior
		Datas	
		31.12.2020	31.12.2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	131 681 275,70	132 280 365,84
Propriedades de investimento	8	1 432 535,93	200 850,21
Ativos intangíveis	3	1 207 545,78	1 228 700,29
Ativos biológicos		6 038,10	6 308,10
Participações financeiras	18	171 165,29	171 165,29
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	18	1 209 352,74	1 171 506,98
Ativos por impostos diferidos		547 841,13	236 177,20
Cientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	4 229,97
		136 255 754,67	135 299 303,88
Ativo corrente			
Inventários	10	808 557,40	664 179,12
Ativos biológicos		230,00	280,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		405 023,01	280 682,71
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	9	501 751,52	945 317,90
Estado e outros entes públicos		170 786,32	129 086,77
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		7 455 857,51	7 939 595,89
Diferimentos		204 266,30	88 794,19
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	3 230 812,47	4 563 840,68
		12 777 284,53	14 611 777,26
Total do Ativo		149 033 039,20	149 911 081,14
PATRIMÓNIO LIQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital		49 700 191,99	49 658 837,01
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		46 391 888,78	43 056 902,61
Resultados transitados		(2 170 056,23)	(615 667,26)
Ajustamentos em ativos financeiros		6 286 672,90	6 873 397,67
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		27 845 066,96	25 127 446,33
Resultado líquido do período		1 003 664,48	3 146 228,29
Interesses minoritários		40 045,13	43 182,77
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total do Património Líquido	18	129 097 474,01	127 290 327,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	206 091,77	206 091,77
Financiamentos obtidos	6e7	8 376 129,19	10 632 739,40
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		3 162 249,19	3 231 807,65
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar		588 447,38	421 054,95
Desvio (superavit) tarifário passivo		1 210 776,92	1 031 709,48
		13 543 694,45	15 523 403,25
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		29 746,93	14 004,57
Fornecedores		791 202,45	884 129,47
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		365 344,83	587 113,97
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6e7	3 092 136,34	2 907 860,90
Fornecedores de investimentos		(33 210,19)	26 349,22
Outras contas a pagar		1 959 718,27	2 159 384,71
Diferimentos		186 932,11	518 507,63
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		6 391 870,74	7 097 350,47
Total do Passivo		19 935 565,19	22 620 753,72
Total do Património Líquido e do Passivo		149 033 039,20	149 911 081,14

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
POR NATUREZA
CONSOLIDADA

Município de Cantanhede

Demonstração dos resultados por naturezas CONSOLIDADA do período findo em 31.12.2020

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Datas	
			31.12.2020	31.12.2019
Impostos, contribuições e taxas	+	23	8 605 769,89	8 899 755,30
Vendas	+	23	16 893,58	295 384,28
Prestações de serviços e concessões	+	23	6 667 054,07	8 288 615,29
Superavit / Défice tarifário	-/+		(179 067,44)	0,00
Subsídios à exploração	+	23	1 144 722,09	1 270 612,67
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-/+	23	121 387,52	101 527,99
Transferências e subsídios correntes obtidos	+	23	8 878 164,65	10 103 230,16
Variações nos inventários da produção	-/+		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+	23	645 009,08	699 133,75
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10	(1 183 165,69)	(1 079 307,65)
Fornecimentos e serviços externos	-	23	(7 112 172,63)	(9 295 020,66)
Gastos com pessoal	-	19	(9 240 196,11)	(9 214 169,69)
Transferências e subsídios concedidos	-		(2 719 051,68)	(1 217 537,99)
Prestações sociais	-		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	-/+	10	18 287,03	(4 416,52)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		(145 159,13)	(17 044,89)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		(320,00)	(415,00)
Outros rendimentos	+	23	4 052 900,69	4 305 988,74
Outros gastos	-		(652 096,60)	(1 815 625,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		8 918 959,32	11 320 709,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		(8 040 311,74)	(7 874 510,38)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		(1 000,00)	(19 536,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		877 647,58	3 426 663,35
Juros e rendimentos similares obtidos	+	23	13 270,77	31 003,62
Juros e gastos similares suportados	-		(162 176,07)	(209 595,85)
Resultado antes de impostos	=		728 742,28	3 248 071,12
Imposto sobre rendimento do período	-/+		272 068,89	(104 488,21)
Interesses minoritários	-/+		2 853,31	2 645,38
Resultado liquido do período	=		1 003 664,48	3 146 228,29
Resultado liquido do período atribuível a:			0,00	0,00
Detentores do capital da entidade-mãe			0,00	0,00
Interesses que não controlam			0,00	0,00

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Município de Cantanhede

Demonstração dos fluxos de caixa CONSOLIDADA, do período findo em 31.12.2020

Rubricas	Notas	Datas	
		31.12.2020	31.12.2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	+	7 283 168,66	8 679 379,81
Recebimentos de contribuintes	+	8 152 541,97	8 705 703,46
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	+	10 114 478,38	9 257 180,72
Recebimentos de utentes	+	5 868,60	0,00
Pagamentos a fornecedores	-	(8 307 621,76)	(9 746 404,03)
Pagamentos ao pessoal	-	(8 035 304,89)	(9 009 310,30)
Pagamentos a contribuintes / Utenes	-	0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios	-	(780 397,02)	(1 210 491,44)
Pagamentos de prestações sociais	-	0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações	+/-	8 432 733,94	6 676 058,22
Recebimento do imposto sobre o rendimento	+	2 656,08	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-	(192 966,81)	(332 775,72)
Outros recebimentos		598 843,74	1 639 921,39
Outros pagamentos	+/-	(5 098 729,84)	(1 724 444,76)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)	+/-	3 742 537,11	6 258 759,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(7 857 107,13)	(7 028 851,28)
Ativos intangíveis	-	(96 300,85)	(76 324,68)
Propriedades de investimento	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	(84 712,08)
Outros ativos	-	(27 259,07)	(1 103 920,18)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	78 079,52	1 008 925,12
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Propriedades de investimento	+	1 164 534,52	1 181 803,15
Investimentos financeiros	+	1 308,94	0,00
Subsídios ao investimento	+	2 022 706,18	672 548,63
Transferências de capital	+	1 774 080,22	2 874 727,02
Juros e rendimentos similares	+	5 657,00	7 615,06
Dividendos	+	0,00	15,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)	+/-	(2 934 300,67)	(2 548 174,03)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	1 532 166,60	961 923,68
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	+	118 543,62	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(3 668 451,84)	(3 771 750,44)
Juros e gastos similares	-	(121 968,77)	(212 818,23)
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		(2 139 710,39)	(3 022 644,99)
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	(1 554,26)	733,69
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4 563 840,68	3 875 166,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	3 230 812,47	4 563 840,68
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 563 840,68	3 875 166,88
- Equivalentes a caixa no início do período		(421 054,95)	0,00
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		421 054,95	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		4 563 840,68	3 875 166,88
De execução orçamental		4 044 334,44	3 320 674,07
De operações de tesouraria		519 506,24	554 492,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 230 812,47	4 563 840,68
- Equivalentes a caixa no início do período		(807 419,79)	(637 613,58)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		807 419,79	637 613,58
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3 230 812,47	4 563 840,68
De execução orçamental		2 630 899,70	4 044 334,44
De operações de tesouraria		599 912,77	519 506,24

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO
AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
CONSOLIDADO

Município de Cantanhede

Ano: 2020

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	18	49 658 837,01	0,00	0,00	43 056 902,61	(615 667,26)	6 873 397,67	0,00	25 127 446,33	3 146 228,29	127 247 144,65	43 182,77	127 290 327,42
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 538 665,57	0,00	2 538 665,57	0,00	2 538 665,57
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		41 354,98	0,00	0,00	0,00	3 334 986,17	(1 554 388,97)	(586 724,77)	0,00	178 955,06	(3 146 228,29)	(1 732 045,82)	(284,33)	(1 732 330,15)
Resultado Líquido do Período	(2)	18	41 354,98	0,00	0,00	3 334 986,17	(1 554 388,97)	(586 724,77)	0,00	2 717 620,63	(3 146 228,29)	806 619,75	(284,33)	806 335,42
Resultado Integral	(3)	18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 003 664,48	1 003 664,48	(2 853,31)	1 000 811,17
	(4)=(2)+(3)	18									(2 142 563,81)	1 810 284,23	(3 137,64)	1 807 146,59
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão	(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	18	49 700 191,99	0,00	0,00	46 391 888,78	(2 170 056,23)	6 286 672,90	0,00	27 845 066,96	1 003 664,48	129 057 428,88	40 045,13	129 097 474,01

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota Introdutória

O ano de 2020 é o primeiro ano de relato em que o Município de Cantanhede utiliza o novo referencial contabilístico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, vulgo SNC-AP. As demonstrações financeiras relativas às restantes entidades do Grupo foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas, consignadas respetivamente, nos Avisos n.º 8254/2016, 8256/2016 e 8258/2016, de 29 de julho de 2016.

Referencial contabilístico

As Demonstrações Financeiras consolidadas, foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa do Grupo. Correspondem, para o Município, ao primeiro reporte de contas consolidadas, de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

NOTA 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.

Identificação do Grupo e período de relato

O Grupo é composto pelo Município de Cantanhede e pelas entidades ABAP, BIOCANT E INOVA, devidamente descritas nos pontos 2.2 e 2.3 do Relatório.

Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As contas consolidadas de 2020 foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Derrogações de disposições do SNC AP

Não existiram, no decorrer do exercício quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas incluindo o ano de 2019 convertido para SNC-AP, uma vez que no ano transato foram apresentadas em POCAL.

Informações relativas aos procedimentos de Consolidação

Para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram agregados itens idênticos de ativo, passivo, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas.

Foram também eliminados pela sua totalidade os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no perímetro de consolidação

Importa referir que apesar da obrigatoriedade de apresentação do Manual de Consolidação, neste momento de relato não foi possível a sua elaboração de acordo com o novo referencial contabilístico.

Saldos de caixa e seus equivalentes

Em 31/12/2020, os saldos consolidados de **caixa e depósitos** apresentam-se desagregados de acordo com o quadro seguinte:

Conta	2020	2019
Caixa	2 893,20	7 853,59
Depósitos à ordem	2 528 650,67	2 517 573,63
Depósitos bancários à ordem	2 528 650,67	2 517 573,63
Outros depósitos	699 268,60	2 038 413,46
Depósitos a prazo	110 821,22	1 617 358,51
Depósitos consignados	0,00	0,00
Depósitos de garantias e cauções	588 447,38	421 054,95
Total	3 230 812,47	4 563 840,68

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de Mensuração

O quadro apresentado no **Anexo I** resume esquematicamente as bases de mensuração utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA 3 - Ativos Intangíveis

Variações das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia 1.237.687,76 euros correspondente ao valor escriturado inicial dos ativos intangíveis, e resulta da soma do montante relativo a ativos reclassificados no património do Município, no valor de 8.987,47 euros, com o valor de 1.228.700,29 euros, inscrito nos saldos a 31/12/2019 do balanço consolidado.

Apresenta-se, no quadro seguinte, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações durante o exercício:

Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento	943 405,39	937 474,49		5 930,90	943 405,39	943 159,35		246,04
Programas de computador e sistemas de informação	1 777 413,57	1 465 841,52		311 572,05	1 924 279,50	1 689 601,73		234 677,77
Propriedade industrial e intelectual	941 401,37	136 054,63		805 346,74	1 056 894,92	155 153,36		901 741,56
Direito de Superfície	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Ativos intangíveis em curso	114 838,07	0,00		114 838,07	70 880,41	0,00		70 880,41
TOTAL	3 777 058,40	2 539 370,64	0,00	1 237 687,76	3 995 460,22	2 787 914,44	0,00	1 207 545,78

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

O Município procedeu à reclassificação de **ativos fixos tangíveis** o que provocou a sua redução num montante de 1.260.787,24 euros, tendo essa reclassificação resultado num aumento de 1.251.799,77 euros em **propriedades de investimento** e 8.987,47 euros em **ativos intangíveis**.

Se ao valor da redução mencionada forem adicionados 132.280.365,84 euros, saldo do balanço consolidado em 31/12/2019, obtém-se o valor de 131.019.578,60 euros correspondente ao total da quantia escriturada no início do período.

Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	8 713 768,76	0,00	0,00	8 713 768,76	8 766 614,43	0,00	0,00	8 766 614,43
Edifícios e outras construções	13 590 698,61	10 016 547,64	0,00	3 574 150,97	13 773 183,36	10 617 143,39	0,00	3 156 039,97
Infraestruturas	79 853 256,88	52 644 619,61	0,00	27 208 637,27	83 110 278,13	57 420 111,83	0,00	25 690 166,30
Património histórico, artístico e cultural	724 211,30	489 707,40	0,00	234 503,90	721 349,09	493 525,32	0,00	227 823,77
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	2 006 132,24	0,00	0,00	2 006 132,24	1 837 880,65	0,00	0,00	1 837 880,65
	104 888 067,79	63 150 874,65	0,00	41 737 193,14	108 209 305,66	68 530 780,54	0,00	39 678 525,12
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	13 123 546,86	0,00	0,00	13 123 546,86	14 029 412,61	0,00	0,00	14 029 412,61
Edifícios e outras construções	54 620 981,18	13 392 129,45	0,00	41 228 851,73	54 677 585,67	14 059 589,44	0,00	40 617 996,23
Equipamento básico	57 188 361,93	25 451 276,82	1 029,12	31 736 055,99	58 434 631,79	27 458 955,42	1 029,12	30 974 647,25
Equipamento de transporte	3 152 287,52	2 944 538,18	0,00	207 749,34	3 366 076,47	2 884 114,85	0,00	481 961,62
Equipamento administrativo	2 404 031,02	1 981 355,56	0,00	422 675,46	2 440 373,63	2 142 390,34	0,00	297 983,29
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	2 059 793,82	1 689 905,09	0,00	369 888,73	2 124 441,26	1 787 076,52	0,00	337 364,74
Ativos fixos tangíveis em curso	2 193 617,35	0,00	0,00	2 193 617,35	5 263 384,84	0,00	0,00	5 263 384,84
	134 742 619,68	45 459 205,10	1 029,12	89 282 385,46	140 335 906,27	48 332 126,57	1 029,12	92 002 750,58
TOTAL	239 630 687,47	108 610 079,75	1 029,12	131 019 578,60	248 545 211,93	116 862 907,11	1 029,12	131 681 275,70

NOTA 6 - Locações

O Município tem em curso dois contratos de locação financeira, um relativo ao Parque Desportivo de Cantanhede, iniciado em 05/12/2006, e outro relativo ao Parque Desportivo de Febres iniciado em 27/06/2007, não apresentando o Grupo outros itens a reportar.

Locações Financeiras – Locatário

Entidade	Descrição	Locador	Nº Contrato	Data do Contrato	Valor Financiado	Valor Contabilístico
MUNICIPIO	Parque Desportivo de Cantanhede(*)	Caixa Leasing e Factoring	321660	11/07/2007	3 265 720,52	4 355 872,39
	Parque Desportivo de Febres	Caixa Leasing e Factoring	320349	27/07/2007	2 099 608,80	2 213 769,24
TOTAL					5 365 329,32	6 569 641,63

Rubricas	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5	Total
		Capital	Juro	Capital	Juro				
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito S.A Parque Desportivo de Cantanhede	701 337,81 €	207 210,48	0,00	701 337,81	89 684,66	207 210,48	286 916,85	0,00	494 127,33
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito S.A- Parque Desportivo de Febres	1 007 200,79 €	135 782,76	19 247,84	100 720,79	558 674,55	678 913,53	192 504,50	0,00	871 418,03
TOTAL	1 708 538,60 €	342 993,24 €	19 247,84 €	802 058,60 €	648 359,21 €	886 124,01 €	479 421,35 €	0,00 €	1 365 545,36 €

O Município, durante o ano de 2020 celebrou três contratos em regime de Locação Operacional para utilização de três viaturas ligeiras de passageiros, duas das quais elétricas, conforme refletido no quadro seguinte, nada havendo a reportar relativamente às outras entidades do Grupo.

Locações Operacionais – Locatário

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados		Futuros pagamentos			
		Período	Acumulado	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
		Rendas	Rendas				
Locação operacional de uma viatura ligeira de passageiros a gasolina - CP-CCP-ABS n.º 03/2020 - Contrato 26/2020 GES	14 407,03	958,54	958,54	3 601,76	9 304,54	0,00	12 906,30
Locação operacional de uma viatura ligeira de passageiros a gasóleo - CP-CCP-ABS n.º 03/2020 - Contrato 27/2020 GES	15 684,84	1 043,54	1 043,54	3 921,21	10 129,79	0,00	14 051,00
Locação operacional de duas viaturas ligeiras de passageiros elétricas - CP-CCP-ABS n.º 03/2020 - Contrato 28/2020 GES	51 393,14	4 095,76	4 095,76	12 848,29	33 191,40	0,00	46 039,69
Total	81 485,01	6 097,84	6 097,84	20 371,26	52 625,73	0,00	72 996,99

NOTA 7 - Custo de empréstimos obtidos

À data de relato o Grupo tem contratados empréstimos de médio/longo prazo, conforme discriminado no quadro seguinte. No final do exercício o montante da dívida apresenta uma diminuição de 1.729.341,53 euros.

Caracterização do empréstimo	Capital Contratado	Capital utilizado	Dívida em 1 de Janeiro 2020			Dívida em 31 de Dezembro de 2020		
			Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Médio longo prazo:								
Município	28 434 930,00	25 446 969,83	2 488 156,92	3 476 160,98	5 964 317,90	2 454 792,89	1 233 407,89	3 688 200,78
INOVA	9 331 729,86	9 161 603,09	792 424,02	2 871 823,67	3 664 247,69	1 065 024,32	3 162 137,02	4 227 161,34
ABAP					0,00			0,00
BIOCANT	3 600 000,00	3 600 000,00	244 286,61	1 959 209,50	2 203 496,11	189 325,89	1 998 032,16	2 187 358,05
TOTAL	41 366 659,86	38 208 572,92	3 524 867,55	8 307 194,15	11 832 061,70	3 709 143,10	6 393 577,07	10 102 720,17

NOTA 8 - Propriedades de Investimento

O Município procedeu à reclassificação de **ativos fixos tangíveis** o que provocou a sua redução tendo essa reclassificação resultado num aumento de 1.251.799,77 euros em **propriedades de investimento**, que adicionado ao valor de 200.850,21 euros, valor do balanço a 31/12/2019 perfaz o total de 1.452.649,98 euros correspondente ao valor da quantia escriturada inicial.

Variações: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Bens de Domínio Público	1 143 833,07	0,00	31 829,87	0,00	(7 027,66)	0,00	0,00	0,00	1 168 635,28
Terrenos e Recursos Naturais	200 850,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200 850,21
Edifícios e Outras Construções	107 966,70	0,00	0,00	0,00	(44 916,26)	0,00	0,00	0,00	63 050,44
Outras Propriedades de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 452 649,98	0,00	31 829,87	0,00	(51 943,92)	0,00	0,00	0,00	1 432 535,93

NOTA 9 - Imparidade de ativos

No início do exercício económico de 2020 as contas consolidadas do Município apresentavam um montante bruto de 1.222.966,09 euros classificados como **clientes, contribuintes e utentes**.

No final do exercício a quantia recuperável registada é de 501.751,52 euros. Para a obtenção deste valor subtraíram-se à quantia bruta referida anteriormente o montante de 744.894,80 euros de imparidades acumuladas, relativos à rubrica de **clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa** e acrescentados 23.680,23 euros de reversão dessas imparidades.

Imparidade de ativos geradores de caixa

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	Geradores de caixa	1 222 966,09	744 894,80	23 680,23	501 751,52
TOTAL		1 222 966,09	744 894,80	23 680,23	501 751,52

NOTA 10 - Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O Grupo adota o sistema do custo médio ponderado como fórmula de custeio dos seus inventários. Em 31 de dezembro de 2020 distribuíam-se de acordo com o quadro seguinte:

Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	145 364,68	0,00	145 364,68
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	686 377,84	(23 185,12)	663 192,72
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	831 742,52	(23 185,12)	808 557,40

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+/(6)-(7)+(8)
Mercadorias	147 622,20	483,89	3 558,81	0,00	0,00	0,00	0,00	817,40	145 364,68
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	516 556,92	1 416 941,21	1 179 606,88	(113 385,25)	0,00	18 287,03	0,00	4 399,69	663 192,72
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	664 179,12	1 417 425,10	1 183 165,69	(113 385,25)	0,00	18 287,03	0,00	5 217,09	808 557,40

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O mapa das provisões apresentado diz apenas respeito ao Município, e consta já da prestação de contas individual, uma vez que as restantes entidades do Grupo não apresentam valores referentes a esta rubricas.

Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	206 091,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206 091,77
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para cobranças duvidosas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

A elaboração desta nota baseou-se no mencionado nas Notas às Demonstrações Financeiras individuais de cada uma das entidades.

Município de Cantanhede

O Município adjudicou em 15/12/2020 a contratação de um empréstimo de longo prazo, sob a forma de abertura de crédito, no montante de 3.350.000,00 euros destinados à Requalificação da Rede Viária no Concelho – 2.ª Fase. O correspondente contrato foi visado pelo Tribunal de Contas em 04/03/2021. O empréstimo tem um período de carência de 2 anos a contar da data da obtenção do visto mencionado e a dívida será refletida nas contas do Município com as utilizações de capital.

ABAP

A atividade da Associação não sentiu impactos significativos decorrentes da pandemia, mas, considerando a magnitude e o grau de incerteza que um evento desta natureza envolve existirão necessariamente reflexos negativos cuja quantificação se estima como não sendo significativa. Atendendo ao setor de atividade em que se insere, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente, o Conselho de Administração entende que a pandemia que assola o mundo e o país não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual foram preparadas as Demonstrações Financeiras de 2020

Biocant

Atendendo ao setor de atividade em que se insere, à estrutura de capitais, à flexibilidade de adaptação existente, o Conselho de Administração entende que a pandemia que assola o mundo e o país não coloca em causa o pressuposto da continuidade com base no qual foram preparadas as Demonstrações Financeiras de 2020.

INOVA

Entre 31/12/2020 e a data em que as contas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, continuam em vigor as medidas do Estado para debelar os efeitos da pandemia COVID-19. Entendemos que esta pandemia, bem como os respetivos efeitos e consequências sanitárias e económicas, não colocam em dúvida a continuidade da entidade, pelo que o pressuposto de continuidade da empresa não está em causa. Sendo assim, entendemos que a apresentação das demonstrações financeiras com base no princípio da continuidade é adequada. Reforça também esta asserção/convicção, o facto dos valores faturados relativos à vendas e serviços prestados do exercício económico de 2020 e parte de 2021, demonstrarem resiliência e solidez financeira para poder ultrapassar o futuro próximo sem sobressaltos financeiros.

NOTA 18 - Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2020 é apresentada no Quadro da nota 1.

Ativo

O quadro seguinte apresenta o ativo do grupo e a respetiva variação em relação ao exercício anterior. O ativo do Grupo apresenta em termos nominais um valor de 149.033.039,20 euros, um valor inferior ao de 2019, em termos absolutos de 878.041,94 euros. Este montante resulta de um crescimento de 0,71% do ativo não corrente e um decréscimo de 12,55 % do ativo corrente, conforme especificado no quadro infra.

	Exercício	Exercício	Variação (2019/2020)	
	Ano 2020	Ano 2019	Valor	%
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	131 681 275,70	132 280 365,84	(599 090,14)	-0,45
Propriedades de investimento	1 432 535,93	200 850,21	1 231 685,72	613,24
Ativos intangíveis	1 207 545,78	1 144 503,18	63 042,60	5,51
Ativos biológicos	6 038,10	6 308,10	(270,00)	-4,28
Participações financeiras	171 165,29	255 362,40	(84 197,11)	-32,97
Outros ativos financeiros	1 209 352,74	1 171 506,98	37 845,76	3,23
Ativos por impostos diferidos	547 841,13	236 177,20	311 663,93	131,96
Outras contas a receber	0,00	4 229,97	(4 229,97)	-100,00
	136 255 754,67	135 299 303,88	956 450,79	0,71
Ativo corrente				
Inventários	808 557,40	664 179,12	144 378,28	21,74
Ativos biológicos	230,00	280,00	(50,00)	-17,86
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	405 023,01	280 682,71	124 340,30	44,30
Clientes, contribuintes e utentes	501 751,52	945 317,90	(443 566,38)	-46,92
Estado e outros entes públicos	170 786,32	129 086,77	41 699,55	32,30
Outros contas a receber	7 455 857,51	7 939 595,89	(483 738,38)	-6,09
Diferimentos	204 266,30	88 794,19	115 472,11	130,04
Caixa e depósitos	3 230 812,47	4 563 840,68	(1 333 028,21)	-29,21
	12 777 284,53	14 611 777,26	(1 834 492,73)	-12,55
TOTAL DO ATIVO	149 033 039,20	149 911 081,14	(878 041,94)	-0,59

Passivo

O passivo do Grupo apresenta um valor de 19.935.565,19 euros, inferior em 2.685.188,53 euros ao valor de 2019. Tanto o passivo não corrente como o passivo corrente apresentam taxas de crescimento negativas, de 12,75 % e 9,94%, respetivamente.

Rubricas	Exercício	Exercício	Variação (2019/2020)	
	Ano 2020	Ano 2019	Valor	%
Passivo não corrente				
Provisões	206 091,77	206 091,77	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8 376 129,19	10 632 739,40	(2 256 610,21)	-21,22
Fornecedores de investimentos	0,00	(63 000,00)	63 000,00	-100,00
Passivos por impostos diferidos	3 162 249,19	3 231 807,65	(69 558,46)	-2,15
Outras contas a pagar	588 447,38	484 054,95	104 392,43	21,57
Desvio (superavit) tarifário passivo	1 210 776,92	1 031 709,48	179 067,44	17,36
SUBTOTAL	13 543 694,45	15 523 403,25	(1 979 708,80)	-12,75
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	29 746,93	14 004,57	15 742,36	112,41
Fornecedores, c/c	791 202,45	884 129,47	(92 927,02)	-10,51
Estado e outros entes públicos	365 344,83	587 113,97	(221 769,14)	-37,77
Financiamentos obtidos	3 092 136,34	2 907 860,90	184 275,44	6,34
Fornecedores de investimentos	(33 210,19)	26 349,22	(59 559,41)	-226,04
Outras contas a pagar	1 959 718,27	2 159 384,71	(199 666,44)	-9,25
Diferimentos	186 932,11	518 507,63	(331 575,52)	-63,95
SUBTOTAL	6 391 870,74	7 097 350,47	(705 479,73)	-9,94
TOTAL DA DÍVIDA	19 935 565,19	22 620 753,72	(2 685 188,53)	-11,87

Investimentos Financeiros

O mapa seguinte apresenta os investimentos financeiros consolidados. Verifica-se um aumento na quantia escriturada de 37.845,76 euros na rubrica **outros ativos financeiros**.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas por justo valor	Outros	
Investimentos financeiros mensurados ao custo								
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras	171 165,29	0,00	0,00	16 152 243,79	0,00	0,00	16 152 243,79	171 165,29
Outros ativos financeiros	1 171 506,98	20 910,92	0,00	190 887,21	0,00	0,00	173 952,37	1 209 352,74
TOTAL	1 342 672,27	20 910,92	0,00	16 343 131,00	0,00	0,00	16 326 196,16	1 380 518,03

Património Líquido

O **património/capital** sofreu um aumento de 41.354,98 euros que resulta da recuperação de terrenos do Município. A aplicação dos resultados de 2019 conduziu a um aumento da conta de **reservas** no valor de 3.334.986,17 euros. Remete-se para o quadro seguinte a discriminação consolidada dos aumentos e reduções das contas 59.

Património Líquido		Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51	Património / Capital	49 658 837,01	41 354,98	0,00	49 700 191,99
55	Reservas	43 056 902,61	3 334 986,17	0,00	46 391 888,78
56	Resultados Transitados	(615 667,26)	18 519 371,56	20 073 760,53	(2 170 056,23)
59	Outras variações no património líquido	32 000 844,00	4 221 955,54	2 091 059,68	34 131 739,86
88	Resultados Líquidos do Exercício	3 146 228,29	3 174 237,98	5 316 781,56	1 003 664,48
	Interesses minoritários	43 182,77	0,00	0,00	40 045,13
TOTAL		127 290 327,42	29 291 906,23	27 481 601,77	129 097 474,01

Outras variações no património líquido		Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
5931	Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables	31 964 473,52	2 260 638,32	1 972 204,28	32 252 907,56
5932	Transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables	(2 622 178,68)	181 902,56	108 692,30	(2 548 968,42)
5939	Outras transferências e subsídios de capital	0,00	1 762 379,23	0,00	1 762 379,23
594	Doações obtidas	2 658 549,16	6 872,33	0,00	2 665 421,49
TOTAL		32 000 844,00	4 211 792,44	2 080 896,58	34 131 739,86

NOTA 19 - Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem, no curto prazo, salários, ordenados, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de refeição, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais. Todo o pessoal ao serviço do Grupo foi remunerado de acordo com as funções desempenhadas, durante o exercício. As obrigações que decorrem dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o serviço é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

O Quadro seguinte apresenta a distribuição dos recursos humanos pelas entidades do Grupo Autárquico.

Número de trabalhadores

Categoria	MUNICÍPIO	INOVA	ABAP	BIOCANT
Dirigente (Comissão de Serviço)	16	1		
Chefe de Equipa Multidisciplinar (Equiparado a Dirigentes de 2º Grau)				
Técnico Superior	78	10	1	1
Técnicos		6		
Cordenador/Gestor Operacional				1
Assistente Técnico	69	12		2
Assistente Operacional	128	114		7
Informática	5		1	
Comissão de Serviço - Interno	3			
Comissão de Serviço - Externo	1			
Fiscais Municipais	5	1		
Outras Carreiras não revistas	1	2		
Investigadores				
Bolseiros				
Diversos				2
TOTAL	306	146	2	13

Especificam-se no quadro seguinte as várias rubricas valorizadas e que totalizam o montante reportado na Demonstração de Resultados na linha **gastos com pessoal**, tendo-se verificado um aumento de 26.026,42 euros relativamente a 2019.

Gastos com o Pessoal

Conta	Gastos com o pessoal	2020	2019	Variação 2019/2020	
				Valor	%
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros	205 765,08	204 459,29	1 305,79	0,64
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	111 132,14	136 824,82	(25 692,68)	-18,78
632	Remunerações do pessoal	6 839 842,87	6 920 275,97	(80 433,10)	-1,16
633	Benefícios pós-emprego	0,00	5 532,99	(5 532,99)	-100,00
635	Encargos sobre remunerações	1 574 745,73	1 557 322,87	17 422,86	1,12
636	Seguros acidentes de trabalho	71 811,21	67 858,12	3 953,09	5,83
637	Gastos de ação social	56 106,69	58 432,32	(2 325,63)	-3,98
638	Outros gastos com o pessoal	254 813,78	263 442,34	(8 628,56)	-3,28
639	Outros encargos sociais	125 978,61	20,97	125 957,64	600 656,37
TOTAL		9 240 196,11	9 214 169,69	26 026,42	0,28

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

O Município integra o Grupo Autárquico, do qual fazem igualmente parte a Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM SA, a ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT – Associação de Transferência de Biotecnologia. O quadro seguinte discrimina o capital social de cada uma das entidades e a respetiva participação individual no Grupo.

Entidades controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	%
					Controlo Direto
INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede - EM - SA	EM - SA	Zona Industrial de Cantanhede	11 647 332,00	11 647 332,00	100,00%
ABAP - Associação Beira Atlântico Parque	ASFL	Parque Tecnológico, Núcleo 4, Lote 2, 3060-197 Cantanhede	2 444 360,81	2 385 360,81	97,59%
BIOCANT - Associação de Transferência de Tecnologia	ASFL	Parque Tecnológico, Núcleo 4, Lote 2 3060-197 Cantanhede	4 110 000,00	4 107 000,00	99,93%

NOTA 22 - Interesses em outras entidades

O quadro seguinte elenca as entidades associadas, excluídas do perímetro de consolidação uma vez que não existe controlo por parte do Município, as respetivas percentagens de controlo e valores.

Designação da Entidade	Atividade Principal	Morada	Parcela Detida	
			%	Valor
ERSUC - Resíduos sólidos do Centro, S.A.	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	Rios Frios 3025 - 607 Vil de Matos	1,67	142 245,00
Águas do Centro Litoral, S.A.	Tratamento de águas residuais	Av. Dr. Luís Albuquerque, ETA da Boavista, 3030-410 Coimbra	0,50	199 745,00
AREAC - Agência Regional Energia e Ambiente Centro	Outras atividades associativas, não especificadas	Rua Dr. Rosa Falcão, N.º 133 3220 - 216 Miranda do Corvo	6,25	5 000,00
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção ITECONS	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais	Pólo II da Universidade de Coimbra Rua Pedro Hispano 3030 - 289 Coimbra	0,97	10 000,00
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	Administração Pública - atividades económicas	Rua do Brasil, 131 3030 - 175 Coimbra	3,53	7 100,00
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	Coimbra iParque, Lote n.º 15, 3040-540 Coimbra	4,81	10 045,79

NOTA 23 - Outras divulgações consideradas relevantes, ou exigidas por diplomas legais, para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período

Para bem compreender o desempenho da entidade julga-se necessário evidenciar os seus rendimentos e gastos. Considerando que nas Notas anteriormente apresentadas já foi detalhado CMVMC (Nota 10), Despesas com Pessoal (Nota 19) evidenciam-se os gastos que ainda não foram objeto de relato, nomeadamente renditos e FSE.

Réditos

Relativamente aos renditos verificou-se uma redução de 3.966.114,15 euros, resultado das circunstâncias particulares provocadas pela pandemia.

Conta	Descrição	2020	2019	Variação 2019/2020	
				Valor	%
701	Impostos diretos	7 382 693,62	8 429 607,42	(1 046 913,80)	-0,12
702	Impostos indiretos	806 916,18	202 349,78	604 566,40	2,99
704	Taxas, multas e outras penalidades	416 160,09	267 798,10	148 361,99	0,55
711	Mercadorias	4 293,61	290 353,16	(286 059,55)	-0,99
712	Produtos acabados e intermédios	2 891,88	0,00	2 891,88	
713	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	7 198,80	0,00	7 198,80	
714	Ativos Biológicos	2 509,29	5 031,12	(2 521,83)	-0,50
720	Prestação de serviços autarquias locais	345 338,23	0,00	345 338,23	
72	Prestação de serviços e concessões	6 142 619,55	8 288 615,29	(2 145 995,74)	-0,26
729	Outros serviços	28,85	0,00	28,85	
741	Trabalhos para a própria entidade	766 396,60	800 651,60	(34 255,00)	-0,04
75	Transferências e subsídios correntes obtidas	10 022 886,74	11 373 842,83	(1 350 956,09)	-0,12
759	Outras transferências e subsídios obtidos	0,00	0,00	0,00	
762	Reversões de perdas por imparidade	54 238,33	31 584,53	22 653,80	0,72
781	Outros rendimentos suplementares	12 221,74	39 717,87	(27 496,13)	-0,69
782	Desconto de pronto pagamento obtido	8 855,20	21 676,03	(12 820,83)	-0,59
784	Ganho em inventários	5 340,06	1 221,00	4 119,06	3,37
785	Rendimentos em entidades controladas	117 751,37	107 484,85	10 266,52	0,10
786	Rendimentos e ganhos nos restantes investimentos financeiros	1 331,90	734,46	597,44	0,81
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	1 604 563,67	2 052 967,27	(448 403,60)	-0,22
788	Outros	2 421 354,43	2 171 352,15	250 002,28	0,12
791	Juros obtidos	12 454,58	19 161,27	(6 706,69)	-0,35
792	Dividendos obtidos	0,00	10,14	(10,14)	-1,00
799	Outros rendimentos similares	49,88	49,88	0,00	0,00
TOTAL		30 138 094,60	34 104 208,75	(3 966 114,15)	-11,63

Fornecimentos e Serviços Externos

Também os FSE consolidados sofreram uma quebra de 23,48% relativamente ao exercício anterior.

Conta	Descrição	2020	2019	Variação 2019/2020	
				Valor	%
6211	Subcontratos	1 474 607,11	1 743 035,12	(268 428,01)	-0,15
6213	Serviços de transporte	1 378,00	0,00	1 378,00	
6221	Trabalhos especializados	355 651,25	1 322 713,45	(967 062,20)	-0,73
6222	Publicidade, comunicação e imagem	72 944,68	290 540,51	(217 595,83)	-0,75
6223	Vigilância e segurança	136 062,67	168 246,84	(32 184,17)	-0,19
6224	Honorários	313 446,60	240 184,31	73 262,29	0,31
6225	Comissões	199 724,49	208 828,01	(9 103,52)	-0,04
6226	Conservação e reparação	603 463,90	679 177,98	(75 714,08)	-0,11
6227	Serviços Bancários	22 516,00	18 281,38	4 234,62	0,23
6229	Outros serviços especializados	371 863,12	95 898,71	275 964,41	2,88
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14 002,66	11 989,18	2 013,48	0,17
6232	Livros e documentação técnica	1 229,75	1 256,74	(26,99)	-0,02
6233	Material de escritório	13 051,88	21 701,90	(8 650,02)	-0,40
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	112,50	4 894,31	(4 781,81)	-0,98
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	0,00	1 384,60	(1 384,60)	-1,00
6237	Medicamentos e artigos para a saúde	12,20	0,00	12,20	
6239	Outros materiais diversos de consumo	986,75	0,00	986,75	
6241	Eletricidade	1 644 945,62	1 738 620,17	(93 674,55)	-0,05
6242	Combustíveis e lubrificantes	395 656,20	526 134,42	(130 478,22)	-0,25
6243	Água	2 971,96	60 576,48	(57 604,52)	-0,95
6244	Outros Fluidos	12 537,13	10 750,89	1 786,24	0,17
6251	Deslocações e estadas	3 985,96	59 437,01	(55 451,05)	-0,93
6253	Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	18,78	429,07	(410,29)	-0,96
6254	Transporte escolar	435 224,25	546 794,30	(111 570,05)	-0,20
6259	Outros	21 703,71	2 677,17	19 026,54	7,11
6261	Rendas e alugueres	246 968,72	493 683,79	(246 715,07)	-0,50
6262	Comunicação	194 382,52	189 234,78	5 147,74	0,03
6263	Seguros	117 517,94	115 026,57	2 491,37	0,02
6264	Royalties	68,00	0,00	68,00	
6265	Contencioso e notariado	19 731,38	16 992,17	2 739,21	0,16
6266	Despesas de representação dos serviços	660,14	35 908,00	(35 247,86)	-0,98
6267	Limpeza, higiene e conforto	16 034,26	8 633,27	7 400,99	0,86
6269	Outros serviços	418 712,50	681 989,53	(263 277,03)	-0,39
TOTAL		7 112 172,63	9 295 020,66	(2 182 848,03)	-23,48

Garantias

De acordo com o quadro seguinte informa-se que, para cada um dos empréstimos da Biocant, foi apresentada como garantia real a hipoteca sobre o imóvel que esteve na base da contratação do financiamento.

Informa-se que no Grupo Autárquico existem outras garantias subscritas pela INOVA que totalizam 5.340.356,44 euros, cuja correspondente dívida a 31/12/2020 é de 3.687.241,65 euros, conforme mapa de responsabilidades de crédito emitido pelo Banco de Portugal.

Entidade	Beneficiário	Descrição	Valor
BIOCANT - Associação de Transferência e Tecnologia	Caixa de Crédito Agrícola	Edifício BIOCANT II PME's	1 444 945,99
	Caixa Económica Montepio	Edifício BIOCANT III	1 000 000,00
INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA	Agência para o Desenvolvimento e coesão, I.P	Parte das receitas, decorrentes da aplicação dos tarifários do serviço de abatecimento público de águas residuais e gestão de resíduos urbanos.	1 086 511,99

Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do grupo municipal

Nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios de 2016 e 2017 foi divulgado um contrato de promessa de compra e venda e de cessão de exploração de estabelecimento entre a ABAP – Associação Beira Atlântico Parque, a BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia estas entidades e a Cantadviser, S.A.

A 28 de março de 2018 foram outorgados escritura de “Compra e venda” e contrato de “Cessão de Exploração de Estabelecimento”, constituídos como um negócio **uno e incidível**.

O quadro seguinte sintetiza o objeto da escritura.

Entidade	Objeto	Registo	Matriz	Valor
Associação Beira Atlântico Parque	Edifício Sede	9 356	4 731	2 000 000,00
	Lote 1	9 355	3 952	750 000,00
	Lote 11 A	9 365	3 953	175 000,00
			Subtotal	2 925 000,00
Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia	Edifício Biocant	9 357	4 617	1 300 000,00
			Subtotal	1 300 000,00
			TOTAL DA VENDA	4 225 000,00

De acordo com a escritura referida, a ABAP vendeu à Cantadviser o Edifício Sede da ABAP (Lote 2) e dois lotes de terreno (Lote 1 e Lote 11 A) e a BIOCANT vendeu o Edifício Biocant I (Lote 3), integrantes dos seus ativos. A Cantadviser, S.A. pagou a totalidade daqueles preços. A título de sinal, transferiu 13% e 38% daqueles montantes, em 2017 e em janeiro de 2018, respetivamente, e entregou cheques bancários dos montantes restantes no dia da escritura.

A transmissão é efetuada sob condição da compradora, ou qualquer outra entidade que venha a adquirir, locar, gerir ou deter a exploração do “BIOCANT PARK” prosseguir os objetivos discriminados. O incumprimento confere às associações o direito de **resolução** durante um período de **20 anos**, implicando o pagamento de 50% do valor contabilístico do imóvel à data do exercício desse direito, não se incluindo os bens móveis existentes.

A escritura dá por reproduzidas as **declarações e garantias prestadas** pela ABAP e BIOCANT, em diversas cláusulas do contrato de promessa de compra e venda de 7 de agosto de 2017.

Quanto ao contrato de “Cessão de Exploração de Estabelecimento” de 28 de março de 2018, a BIOCANT e a ABAP cedem temporariamente à Cantadviser, S.A., pelo período de 20 anos, pelo preço de 200.000,00 euros, a ser pago em 20 prestações iguais, anuais e sucessivas, no valor de 10.000,00 euros, a exploração dos respetivos estabelecimentos e dos Imóveis, abaixo descritos:

- Estabelecimento de escritório e laboratórios composto por bens móveis e imóveis:
 - Mobiliário e equipamento do Edifício Sede da ABAP (Lote 2);
 - Mobiliário e equipamento do Edifício Biocant I (Lote 3);
 - Edifício Biocant PMES (Lote 4A – Lotes 4,5,6 e 7), incluindo bens, equipamentos e contratos;
 - Edifício Biocant III (Lote 14/15), incluindo bens e equipamentos;
- Utilização das marcas BIOCANT (marca n.º 401500), BIOCANT PARK (marca 397321) e O BIOCAS E A BIOCAS (marca n.º 502620);
- Contratos de instalação dos edifícios vendidos e dos edifícios cedidos;
- Contratos de trabalho identificados.

A Cantadviser, S.A., enquanto investidor imobiliário privado, adquire o referido imobilizado e assume a gestão do BIOCANT Park.

Exceciona-se o Edifício UC-Biotech (Lote 8, 9 e 10), de cuja propriedade é titular o Centro de Neurociência e Biologia Celular da Universidade de Coimbra.

Estabelecem-se os seguintes laboratórios excecionados, cuja atividade e exploração continuará a ser exercida pela Biocant enquanto se mantiver a exploração das plataformas tecnológicas: Unidade Piloto de Biotecnologia Industrial Laboratório n.º 2 e Laboratório n.º 1, ambos no Edifício

Biocant PMES, Laboratórios n.º 6 e n.º 6ª no Edifício Biocant III e Laboratório n.º 5 no Edifício Biocant.

O Município é também proprietário e legítimo possuidor dos lotes 12, 16 e 17 que compõe o loteamento.

A Cantadviser, S.A. registou a alteração da sua designação social para Biocant Park, S.A. a 13 junho de 2018. Por sua vez, o registo comercial daquela sociedade comercial privada a partir de 17 de janeiro de 2019 passou a incluir no seu objeto as seguintes alusões à atividade das referidas associações: “Faz de igual forma parte integrante do objeto social da sociedade, a prossecução e desenvolvimento do conjunto de atividades que vêm sendo prosseguidas pelas associações ABAP - Associação Beira Atlântico Parque e Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia, no estrito cumprimento dos objetos sociais das referidas associações e do conjunto de poderes, prerrogativas, direitos, obrigações, deveres, encargos e condições emergentes da formalização entre as partes da compra e venda de imóveis detidos pelas preditas associações e da cessão de exploração da atividade por aquelas exercida no denominado “BIOCANT PARK”, enquanto parque de biotecnologia, sediado em Cantanhede, que visa o patrocínio, desenvolvimento e aplicação do conhecimento avançado na área das Ciências da Vida”.

As demonstrações financeiras de 2018, auditadas e aprovadas das duas Associações, transmitem que foi refletida contabilisticamente a totalidade dos efeitos da referida escritura no período de 2018 e não se observa qualquer reexpressão dos comparativos de 2017. Os correspondentes relatórios do auditor não contêm reservas, ênfases ou incerteza material relacionada com a continuidade.

No entanto, nelas não se apresenta ou divulga informação individualizada e sistemática desses efeitos, nomeadamente, distinção dos resultados e fluxos de caixa relativos às unidades operacionais alienadas, do resto da entidade.

Face ao exposto e atendendo às perspetivas futuras divulgadas nas Demonstrações Financeiras das Associações, não dispomos de informação suficiente e fiável que justifique provisionar o valor escriturado na conta de investimentos financeiros, relativamente à participação da ABAP.

Relativamente ao ano de 2020, nada de excecional há a referir.

Relativamente à Biocant Ventures, SA., em 17 de fevereiro de 2020 foi convocada, pela Biocant Ventures, SA, uma Assembleia Geral Extraordinária, com o intuito de apresentar, nos termos legais o Relatório e Contas, bem como a proposta de liquidação de ativos e passivos, reportados a 16 de dezembro de 2019, data da sua dissolução, tendo sido aprovado por unanimidade. Este processo ficou concluído em 2020, aquando da liquidação efetiva da Biocant Ventures, SA.

Nota final

As notas, cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a esta consolidação ou, a sua apresentação, não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Os valores monetários aparecem, nos quadros, expressos em euros.

A adoção do SNC-AP não se encontra completa no primeiro ano de implementação pelo Município de Cantanhede. Apesar das situações de ajustamento de transição que foram resolvidas, identificam-se situações de maior complexidade em que o Município necessitará de um período mais alargado para a sua adoção, nomeadamente a comparabilidade, o subsistema de Contabilidade de gestão, os ativos fixos tangíveis e intangíveis, as propriedades de investimento, as obras por administração direta, bem como o sistema de controlo interno relativo à preparação do relato financeiro de periodicidades aplicáveis.

O órgão executivo avaliou que as situações em causa se enquadravam no processo de transição para SNC-AP e que a sua complexidade se enquadra no quadro referencial previsto na IPSAS 33, por aplicação supletiva (artigo 13.º do decreto-lei n.º 192/2015). Competindo ainda a este

órgão assegurar as respectivas justificações e divulgações, apresentam-se os principais fundamentos:

- > diversidade de casos específicos de complexidade;
- > insuficientes orientações técnicas dos organismos que possibilitem a adequada e célere aplicação;
- > desequilíbrio entre as exigências e os recursos humanos, agravado em circunstância COVID-19.

ANEXOS

ANEXO I – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Rubricas	Município	INOVA	ABAP	BIOCANT
<p>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</p> <p>Os ativos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, sendo posteriormente deduzidos das correspondentes depreciações e, caso existam, perdas por imparidade.</p> <p>Informamos que na transição efetuada para o SNC-AP as vidas úteis dos ativos intangíveis forma mantidas.</p> <p>Os ativos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, sendo posteriormente deduzidos das correspondentes depreciações e caso existam perdas por imparidade.</p> <p>Informamos que na transição efetuada para o SNC-AP as vidas úteis dos ativos intangíveis forma mantidas.</p>	<p>Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, conforme se trate de ativos adquiridos ou próprios, respetivamente, deduzidos das depreciações. Para os bens que foram transferidos da Câmara Municipal de Cantanhede para a INOVA em 2002, foi adotado o custo considerado. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.</p> <p>Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estiverem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas». Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).</p>	<p>Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes duodécimais anuais, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.</p>	<p>Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes duodécimais anuais, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.</p>	<p>Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada, da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades na qual a associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em juros e outros rendimentos similares.</p>
<p>PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS</p> <p>Os investimentos financeiros, ou seja, as partes de capital que o Município detém em diversas entidades societárias e não societárias, são valorizados ao custo de aquisição.</p> <p>É utilizado o MEP para reconhecer, no final de cada exercício económico, o valor contabilístico das participações de capital, na proporção exata da percentagem devida, apresentando-se em conta própria a evolução dos seus resultados. Este método aplica-se para as entidades nas quais a Autarquia exerce influência significativa.</p>	<p>Os investimentos financeiros, ou seja, as partes de capital que o Município detém em diversas entidades societárias e não societárias, são valorizados ao custo de aquisição.</p> <p>É utilizado o MEP para reconhecer, no final de cada exercício económico, o valor contabilístico das participações de capital, na proporção exata da percentagem devida, apresentando-se em conta própria a evolução dos seus resultados. Este método aplica-se para as entidades nas quais a Autarquia exerce influência significativa.</p>	<p>Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada, da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades na qual a associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em juros e outros rendimentos similares.</p>	<p>Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada, da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades na qual a associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em juros e outros rendimentos similares.</p>	<p>Os investimentos financeiros que representam participações de capital em subsidiárias ou associadas são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. O custo de aquisição de uma participação é acrescido ou reduzido da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada; da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada, da quantia dos lucros distribuídos à participação; e da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada. A rubrica de investimentos noutras empresas inclui os investimentos em entidades na qual a associação não exerce controlo nem influência significativa. As participações são relevadas ao custo subtraído de qualquer perda por imparidade acumulada. Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito ao respetivo recebimento por parte da empresa, e são relevados em juros e outros rendimentos similares.</p>
<p>INVENTÁRIOS</p> <p>Os inventários são reconhecidos, entre outros são reconhecidos, pelos bens adquiridos para revenda, as matérias-primas e os materiais usados na produção, produtos acabados ou produtos em curso de produção. Estes são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o gasto com a aquisição, assim como, os gastos adicionais de compra incorridos para que os inventários sejam colocados no devido local e em devidas condições.</p>	<p>Os inventários são reconhecidos, entre outros são reconhecidos, pelos bens adquiridos para revenda, as matérias-primas e os materiais usados na produção, produtos acabados ou produtos em curso de produção. Estes são mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o gasto com a aquisição, assim como, os gastos adicionais de compra incorridos para que os inventários sejam colocados no devido local e em devidas condições.</p>	<p>Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O método de custo adotado para a valorização das saídas da armazenagem é o custo médio.</p>	<p>Incluem as matérias-primas, matérias subsidiárias e os materiais diversos em stock a 31 de dezembro. Estão registados ao custo de aquisição.</p>	<p>Incluem as matérias-primas, matérias subsidiárias e os materiais diversos em stock a 31 de dezembro. Estão registados ao custo de aquisição.</p>

Rubricas	Município	INOVA	ABAP	BIOCANT
OUTRAS CONTAS A RECEBER E PAGAR	As dívidas de e a terceiros encontram-se expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. Quando existirem dívidas de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa, procede-se à sua transferência para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa.	As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade. São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a INOVA não irá receber os montantes que lhe são devidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento, incumprimento há mais de 6 meses, dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de falência do devedor. As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.	As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. A prestação de serviços é realizada em condições normais de crédito. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.	As dívidas de clientes e outros devedores são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. A prestação de serviços é realizada em condições normais de crédito. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
CAIXA E DEPÓSITOS	Os depósitos em instituições financeiras e os respetivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.	Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.	Os montantes incluídos nos meios financeiros líquidos incluem os valores de caixa e depósitos bancários à ordem.	Os montantes incluídos nos meios financeiros líquidos incluem os valores de caixa e depósitos bancários à ordem.
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	As provisões são reconhecidas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente, que tenha resultado de um evento passado e que para a resolução dessa obrigação, que tenha que ocorrer uma saída de recursos sendo assim ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa possível nessa data	Não tem.	Não tem.	Não tem.
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).	Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).	Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).	Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que estes são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos (periodização económica).
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS PARA INVESTIMENTOS	Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos, nomeadamente os proveitos que advêm dos financiamentos aos investimentos realizados pela Autarquia, quer sejam cofinanciados por fundos nacionais, europeus ou oriundos de outras fontes, corrigindo-se anualmente pelo valor afeito às depreciações do ativo a que se aplica, na proporção do cofinanciamento.	Os subsídios recebidos apenas são reconhecidos quando existia uma certeza razoável de que a INOVA irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos. Os subsídios para investimento (provenientes de fundos comunitários, do Município de Cantanhede e de participações efetuadas por clientes para financiamento de infraestruturas de água, saneamento e resíduos) associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, deduzido do valor relativo ao reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado. Subsquentemente são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante a vida útil dos ativos com os quais se relacionam. Os restantes subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados que são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis	Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Associação irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. Os subsídios atribuídos ao Biocant, a fundo perdido, para financiamento de ativos são registados no capital próprio (593 Subsídios) e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos financiados.	Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Associação irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. Os subsídios atribuídos ao Biocant, a fundo perdido, para financiamento de ativos são registados no capital próprio (593 Subsídios) e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos financiados.
LOCAÇÃO FINANCEIRA	Relativamente aos contratos de locação financeira é dado cumprimento ao princípio da substância sobre a forma, sendo transferidos do locador para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à detenção de um ativo, independentemente de se vir a concretizar ou não a transferência do título de propriedade.	As locações são classificadas como financeiras sempre e que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário.	Não tem.	Não tem.

RESPONSÁVEIS PELAS
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS




MODELO 4 - Responsáveis pelas demonstrações orçamentais - SNCAP

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE		
Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020		
Responsabilidade pelas demonstrações orçamentais (cfr. parágrafo 44 da NCP 26)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	José Alberto Árede Negrão	Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro
Apresentação	Maria Helena Rosa de Teodósio e Gruz Gomes de Oliveira	Presidente da Câmara
Aprovação	João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Presidente da Assembleia Municipal

RESPONSÁVEIS PELAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS



MODELO 3.1 - Responsáveis pelas demonstrações financeiras - SNCAP

MUNICÍPIO DE CANTANHEDE		
Período de relato: 01-01-2020 a 31-12-2020		
Responsabilidade pelas demonstrações financeiras cfr. parágrafo 12 NCP 1)	Nome	Cargo / Órgão
Elaboração	José Alberto Ârede Negrão	Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro
Apresentação e divulgação	Maria Helena Rosa de Teodósio e Gruz Gomes de Oliveira	Presidente da Câmara
Aprovação	João Carlos Vidaurre Pais de Moura	Presidente da Assembleia Municipal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Cantanhede** (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 149.033.039 euros e um total de património líquido de 129.097.474 euros, incluindo um resultado líquido de 1.003.664 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 a 3 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Cantanhede** em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

1. Os registos contabilísticos do Município encontram-se reconciliados com o sistema de fichas de cadastro atualizado, mas não se considera concluído o inventário do património, sua identificação, titularidade, valor e vida útil. Este extenso e complexo processo, nomeadamente devido a obras por administração direta, itens decorrentes de alvarás de loteamento, bens em propriedade alheia ou em poder de terceiros, tem suportado registos de regularização. Identificámos situações de aplicação desadequada ou de insuficiência de informação que permita a apreciação das políticas contabilísticas. A informação apresentada com respeito ao período anterior considera a conversão para o SNC-AP, mas a adoção não está completa. Neste contexto, consideramos não ter obtida prova de auditoria suficiente e apropriada acerca das quantias em ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, correspondentes subsídios por imputar a resultados, e respetivas rubricas de resultados ou de património líquido, que nos permitisse determinar a necessidade de ajustamentos.
2. O montante reclamado em processos judiciais em curso movidos contra o Município totaliza aproximadamente 2.500.000 euros com referência à data do balanço consolidado. Por não termos recebido a totalidade das respostas de advogados e por não se encontrar determinado o efeito ou o desfecho previsível dos processos em causa, não pudemos concluir quanto à adequação da quantia de provisões em balanço (206.092 euros).

Município de Cantanhede (Grupo)
31 de dezembro de 2020

3. A ABAP-Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT-Associação de Transferência de Tecnologia integram o perímetro de consolidação, refletindo que o Município avalia estas associações como entidades controladas, no sentido de, cumulativamente, ter poder e exposição aos benefícios nos termos definidos no SNC-AP. As notas 22 e 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas contêm a divulgação da percentagem de participação (próxima dos 100%) e dos negócios em anos anteriores com sociedade privada, atualmente com a firma de Biocant Park, S.A. e que inclui no seu objeto social as atividades das referidas associações. Aqueles negócios contemplam direitos e consequências a longo prazo. Não obstante as novas circunstâncias, não foram efetuadas alterações em matéria de reconhecimento e mensuração. Tendo por base as demonstrações financeiras 2020 destas associações, preparadas no pressuposto da continuidade, contribuem para o consolidado com ativos na ordem dos 10.500 milhões de euros. Estes ativos são constituídos maioritariamente por bens e direitos que, por norma, não são transacionáveis, destinando-se a servir de forma duradoura a atividade. Integram também alguns ativos decorrentes de investimentos em entidades privadas. Por outro lado, evidenciam perda de atividade, refletindo a magnitude das alterações estruturais e o abandono da gestão e exploração do Biocant Park, mantendo, todavia, o financiamento através de quotizações do Município e de fundos comunitários. As condições afetam o papel que desempenhavam e os serviços que prestavam (desempenho), necessitando de financiamento para continuarem a existir (sustentabilidade financeira), pelo que indicam uma incerteza material que pode colocar dúvidas significativas sobre a continuidade de ambas, e consequentes efeitos nas contas consolidadas, na realização de ativos e ao nível de passivos. Identificam-se, assim, fatores que podem indicar perdas por imparidade ou obrigações vinculativas a reconhecer nas demonstrações financeiras consolidadas. As divulgações não permitem ao utilizador compreender as atividades desenvolvidas no ano por cada uma das associações, separadas das atividades desenvolvidas pela sociedade privada, e o acordo de relacionamento com a referida sociedade privada. Igualmente, não permitem avaliar a natureza e a âmbito de eventuais restrições significativas à capacidade do Grupo aceder a ou de usar ativos e liquidar passivos. Por referência às normas de contabilidade pública aplicáveis, entendemos serem insuficientes as divulgações e não se encontrar disponível informação que nos permita aferir quanto aos possíveis efeitos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

- i. Conforme indicação expressa na nota final do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a adoção do SNC-AP não se encontra completa no primeiro ano de implementação pelo Município. Também os seus conteúdos evidenciam tal estado, nomeadamente no que respeita às políticas contabilísticas e à adoção pela primeira vez do SNC-AP, podendo afetar a compreensibilidade da forma como a transição do normativo anterior (POCAL) afetou a posição financeira e a reconciliação do património líquido relatado segundo o normativo anterior com o património líquido segundo as normas de contabilidade pública (NCP). O órgão de gestão procedeu à avaliação,

Município de Cantanhede (Grupo)
31 de dezembro de 2020

divulgação e justificação dos respetivos motivos, tratando as situações em causa no quadro referencial previsto na IPSAS 33, por aplicação supletiva (artigo 13.º do decreto-lei n.º 192/2015).

- ii. Conforme divulgações relativas a requisitos contabilísticos da consolidação, nomeadamente na nota introdutória e na nota 1 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o referencial contabilístico da entidade consolidante (SNC-AP) difere do adotado pelas restantes entidades do perímetro, Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico de Cantanhede, E.M. – S.A., ABAP-Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT-Associação de Transferência de Tecnologia (SNC - Sistema de Normalização Contabilística). O Grupo considerou que estas não aplicaram políticas contabilísticas diferentes para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, não tendo feito ajustamentos às demonstrações financeiras destas entidades, na preparação das demonstrações financeiras consolidadas que devem utilizar políticas contabilísticas uniforme, nos termos das disposições da NCP 22 – demonstrações financeiras consolidadas. A matéria relativa a critérios uniformes ao Grupo (POCAL) nos procedimentos de consolidação, que foi objeto de reserva na nossa opinião relativa ao ano anterior, deixa de constituir uma modificação. Contudo, apesar da aproximação ao SNC permitida pelo SNC-AP, existem julgamentos, pressupostos e fontes de incerteza de estimativas que envolvem risco significativo. De igual modo, identifica-se risco em participações e na eliminação do resultado não realizado em operações internas ocorridas em anos anteriores, por dificuldades intrínsecas ao processo de identificação e valorização de factos patrimoniais.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

Município de Cantanhede (Grupo)
31 de dezembro de 2020

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020.

Município de Cantanhede (Grupo)
31 de dezembro de 2020

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, exceto quanto às matérias referidas nos parágrafos seguintes, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

- i. Não apresentam informação comparativa (2.4 do relatório de gestão).
- ii. O método para efeitos de preparação das demonstrações orçamentais consolidadas não foi suportado por contas da classe zero pelas restantes entidades do perímetro, Inova – Empresa de Desenvolvimento Económico de Cantanhede, E.M. – S.A., ABAP- Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT-Associação de Transferência de Tecnologia, apesar de prescrito na NCP 26. Conforme divulgação em 2.4 do relatório de gestão, estas não fazem o acompanhamento sistemático da execução orçamental. Consequentemente, não nos é possível concluir que foram cumpridos os requisitos previstos na NCP 26 – Contabilidade e relato orçamental, na parte correspondente às referidas entidades.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do “Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas” acima, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

O relatório de gestão consolidado não fornece informação de questões, transações e eventos mais significativos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, nem os fatores que exerceram maior influência. Em particular, não contém narrativa das atividades desenvolvidas pelo Grupo no ano em causa, das políticas, medidas e impactos da pandemia COVID-19 no Grupo, nem principais riscos e incertezas; não descreve a influência da adoção do novo referencial contabilístico pela entidade consolidante; não alude à contabilidade de gestão (NCP 27); e não contém indicação expressa da adoção do SNC-AP não se encontrar completa ou remissão para a informação correspondente nas demonstrações financeiras.

Porto, 15 de junho de 2021

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por:


Regina Melo e Maia de Sá
R.D.C. n.º 1035

Câmara Municipal / Assembleia Municipal

ENCERRAMENTO

A presente **Prestação de Contas Consolidadas** e documentos anexos, composta por 58 **páginas**, devidamente numeradas, foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada em **15 de Junho de 2021** e assinado eletronicamente.

A Presidente da Câmara,

Os Vereadores:

A Prestação de Contas Consolidadas que antecedeu mereceu aprovação por ⁽¹⁾ _____ da Assembleia Municipal ⁽²⁾ _____, em sua sessão ordinária do dia 25 de junho de 2021, fica assinado eletronicamente pelos seus membros abaixo indicados:

O Presidente,

O 1º Secretário

O 2º Secretário

(1) – Unanimidade ou maioria...;

(2) – Excepto quanto à matéria inscrita a fls..., sob os n.ºs...